

ESTIMADA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO - ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.

**REF.: RECURSO ADMINISTRATIVO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2024**

VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 03.817.702/0001-50, estabelecida na Rua Rosulino Ferreira Guimarães, nº 839, Centro, cidade de Rio Verde/GO, vem a presença de Vossa Senhoria, em face da apresentação de Recurso Administrativo pela **LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA**, no prazo legal, na forma do Art. 165, 4º, da Lei 14.133/2021, bem como, os dispositivos da Lei 10.520/2002, apresentar :

CONTRARRAZÕES ao Recurso, o fazendo pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

I. DA TEMPESTIVIDADE

O prazo para apresentação das contrarrazões é o mesmo das razões de recurso: 03 (três) dias, conforme art. 164, § 4º da Lei nº 14.133/2021. Desse modo a presente contrarrazões é plenamente tempestiva.

II. DO BREVE RELATO

Trata-se de processo licitatório realizado no dia 08/10/2024, após a desclassificação de 01 empresa, A recorrida foi convocada e sagrou vencedora ofertando o desconto de **14,90% (quatorze vírgula noventa por cento)** ficando a recorrente classificada em quinto lugar logo atrás com a oferta de **10,95% (dez vírgula noventa e cinco por cento)**.

Por mero inconformismo e sem qualquer fundamento válido a recorrente interpôs recurso mesmo ciente que sua proposta assemelha-se muito com a da recorrida , ao passo que em remota possibilidade do deferimento do recurso sua proposta também seria afetada.

Portanto, não há que prosperar um recurso que baseia-se em mero inconformismo. Ilustres, percebe-se e que é pulsante o mero inconformismo da parte recorrente, uma vez que sendo a proposta da recorrida inexecutável na qual ofertou **14,90%** a sua própria proposta de **10,95%** também seria inexecutável uma vez que muito se assemelham.

III. EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA VÓLUS

Ao elaborar a proposta, a empresa Recorrida, obedeceu aos princípios gerais do Direito, atendendo os preceitos que regem as licitações públicas, particularmente no que tange a modalidade de concorrência, além de garantir a observância dos princípios da igualdade, da moralidade, da economicidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do artigo 5º da Lei 14.133/2021, que reza:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

A presunção de inexequibilidade para a jurisprudência deve ser relativa, oportunizando ao licitante à demonstração de exequibilidade da proposta.

“RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA INEXEQUÍVEL. ART. 48, I E II, § 1º, DA LEI 8.666/93. PRESUNÇÃO RELATIVA. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO PELO LICITANTE DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. RECURSO DESPROVIDO. 1. A questão controvertida consiste em saber se o não atendimento dos critérios objetivos previstos no art. 48, I e II, § 1º, a e b, da Lei 8.666/93 para fins de análise do caráter exequível/inexequível da proposta apresentada em procedimento licitatório gera presunção absoluta ou relativa de inexequibilidade. 2. A licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, de maneira que a inexequibilidade prevista no mencionado art. 48 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos não pode ser avaliada de forma absoluta e rígida. Ao contrário, deve ser examinada em cada caso, averiguando-se se a proposta apresentada, embora enquadrada em alguma das hipóteses de inexequibilidade, pode ser, concretamente, executada pelo proponente. Destarte, a presunção de inexequibilidade deve ser considerada relativa, podendo ser afastada, por meio da demonstração, pelo licitante que apresenta a proposta, de que esta é de valor reduzido, mas exequível. 3. Nesse contexto, a proposta inferior a 70% do valor orçado pela Administração Pública (art. 48, § 1º, b, da Lei 8.666/93) pode ser considerada exequível, se houver comprovação de que o proponente pode realizar o objeto da licitação. [...] a vencedora do certame “demonstrou que seu preço não é deficitário (o preço ofertado cobre o seu custo), tend

o inclusive comprovado uma margem de lucratividade”. [...] (STJ – R Esp: 965839 SP 2007/0152265-0, Relator: Ministra DENISE ARRUDA, Data de Julgamento: 15/12/2009, T1 – PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/02/2010).”.

Conforme as disposições acima destacadas, releva notar que não cabe desclassificar a proposta, posto que, dentro dos requisitos da aceitabilidade, foi considerada plenamente exequível e vantajosa para Administração. A proposta vencedora deverá atender às exigências do edital e ofertar o menor preço para que seja consagrada vencedora do certame.

Nota-se que a empresa Recorrente tem intuito somente de postergar o processo licitatório, uma vez que a própria empresa pratica taxas nos mesmos percentuais, e ainda assim, acusa e alega o que a Vólus demonstra ou não, com alegações de que é inexequível.

É sabido e inquestionável que cada empresa possui realidade e interesses comerciais, operacionais, financeiro distintos, e o que pode ser inexequível para uma, necessariamente não o quer dizer que seja para a outra empresa, “o que pode ser caro para certa empresa, pode ser barato para outra, sem que isso implique em risco de inadimplemento ou inexecução”.

O que a Administração Pública deve observar e fiscalizar é em sede de execução do contrato, está sendo ofertado desconto na nota fiscal de acordo com o desconto ofertado em licitação? A execução está a contento?

Ainda assim, a empresa ora Recorrente apresentou proposta em percentual de desconto pouco menor que a Recorrida, então ela não tem o que dizer em inexecutabilidade em vista da própria oferta apresentada.

A Vólus, possui vastos contratos com a Administração Pública, está no mercado a mais de 20 anos, possui expertises, obrigações e responsabilidade com seus clientes, arca com todos os encargos, custos dos insumos que são coerentes ao ramo de atividade e os assumi contratualmente, portanto, o risco é da empresa recorrida.

Para exemplificarmos, possuímos contratos com descontos semelhantes com a UFOPA (-19,00%) e SECRETARIA DE EDUCAÇÃO -MUNICÍPIO DE PALMAS-TO (-35,00%)¹, com objeto do mesmo segmento, observa-se que o preço ofertado pela Empresa nesses casos, também é abaixo do praticado pelas maiorias de empresas que estão no mercado e nem por isso a execução deixou de ser realizada com qualidade e dentro do prazo estipulado, portanto, estão satisfeitos com os serviços prestados, na qual poderá realizar diligências para verificação.

Não menos importante, a Administração Pública possui poder discricionário e pode se caso achar pertinente e tiver alguma dúvida quanto a executabilidade requerer para empresa vencedora que comprove sua executabilidade, conforme consta no próprio instrumento convocatório em seu item 7.2.8, vejamos:

1

7.2.8 – No caso de constatação de preços inexequíveis ou excessivos o(a) pregoeiro(a) poderá solicitar ao licitante planilhas de custos que comprovem os preços ofertados sob pena de inaceitabilidade da proposta.

Vejamos que, caso seja intenção da Administração apontar a inexequibilidade da proposta, deverá comprovar que:

- 1) a proposta não demonstra sua viabilidade, por não ter apresentado documentação comprobatória de que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado; e
- 2) os coeficientes de produtividade não são compatíveis com o fornecimento ou a prestação do serviço.

Se a Administração conseguir comprovar o disposto nos dois itens acima, poderá desclassificar a proposta por inexequibilidade. Caso contrário, a Administração não poderá desclassificar a proposta sob este fundamento.

Ressaltamos que as licitações que não são de obras e serviços de engenharia não possuem na lei 14/133/2021 qualquer referência de patamares que evidenciam uma suposta inexequibilidade, portanto é totalmente ilegal desclassificar uma proposta sem antes oportunizar a comprovação da exequibilidade, inclusive é o entendimento do TCU, vejamos:

TC 006.046/2016-9 [Apenso: TC 018.932/2016-9]

Natureza: Representação.

Entidade: Município de Boa Hora/PI.

Representante: Escala Transportes Gerais Ltda. – EPP (05.343.561/0001-07).

Interessada: Compacta Engenharia e Servicos Ltda. – EP P (05.564.129/0001-46).

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE BOA HORA/PI. ANULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA 002/2015. REALIZAÇÃO DO RDC PRESENCIAL 1/2015 COM O MESMO OBJETO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE. RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. CONTRATAÇÃO POR PREÇOS COMPARATIVAMENTE ELEVADOS. CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR POR MEIO DO ACÓRDÃO 1.482/20

16 – PLENÁRIO. OITIVA DO MUNICÍPIO E DA EMPRESA CONTRATADA. NÃO ACOLHIMENTO DAS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS. ESTIPULAÇÃO DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO CERTAME, BEM COMO DO CONTRATO DELE DECORRENTE. DETERMINAÇÕES. AUDIÊNCIAS DOS RESPONSÁVEIS. CIÊNCIA À REPRESENTANTE, AO MUNICÍPIO E À FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE.

1. A desclassificação de proposta por inexecutabilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados e deve ser franqueada a oportunidade de cada licitante defender a respectiva proposta e demonstrar a sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório, antes que ele tenha a sua proposta desclassificada.

2. Constatadas ilegalidades no procedimento licitatório que possam ter contribuído para a restrição do caráter competitivo do certame, determina-se à entidade promotora que adote as providências visando à anulação da licitação, bem como do contrato dela decorrente.

Entender de forma diversa seria permitir que a Administração desclassificasse propostas de empresas que envidaram todos os seus esforços para competir no mercado e oferecer uma melhor proposta, o que não faz sentido lógico, econômico e de probidade administrativa.

Sobre o tema, convém mencionar os ensinamentos de Marçal Justen Filho:

Não se afigura defensável, porém transformar em absoluta a presunção do § 1º. Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa. A questão é de fato, não de direito. Incumbe ao ônus da prova da executabilidade ao particular. Essa comprovação poderá fazer-se em face da própria Administração, pleiteando-se a realização de diligência para tanto.

(...) Trazemos uma razão inquestionável para comprovação que a proposta apresentada pela empresa é exequível, conforme embasamento Relator Humberto Gomes Barros:

“Se a licitante vitoriosa cumpriu integralmente o contrato objeto de licitação, afasta-se logicamente a imputação de que sua proposta era inexecutável”. (STJ, RÔMS nº 11.044/RJ, Rel. Min. Humberto Gomes Barros, DJ de 04.06.2001) (grifo nosso).

Como diz a lição de MARÇAL JUSTEN FILHO: “É possível a comprovação de execução do contrato, ainda que ínfimo o valor da proposta”.

IV. DO PEDIDO

Ante as razões expostas, requer seja desprovido de qualquer acolhimento ao Recurso interposto, determinando a Ilustre autoridade seja:

- a) Negado provimento ao recurso da RECORRENTE, mantendo na íntegra o resultado apurado ao final do certame;
- b) Em consequência, seja mantida a Respeitável Decisão da Douta Comissão que declarou vencedora a empresa VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

Nestes Termos,
Pede Deferimento

Rio Verde/GO, 17 de outubro de 2024.

VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA
RAFAEL SILVA DE ALBUQUERQUE
RG N° 300264449335 MD/MS
CPF N° CPF: 046.638.921.32